

**LAUDO TÉCNICO ASSESSORIA CONTÁBIL - CÂMARA MUNICIPAL DE
GUANHÃES - ALTERAÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO PARA O
EXERCÍCIO DE 2019**

**CONSULENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES ASSESSOR: LEANDRO DE
OLIVEIRA LIMA**

MÉRITO:

**I - A LEI DO PLANO PLURIANUAL (PPA) E A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS (LDO) NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO**

1. Ao cuidar das matérias orçamentárias no Capítulo II - Das Finanças Públicas, a Constituição da República dispõe que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais (art. 165, incisos I, II e III).

2. Noutro giro, nos parágrafos 1º, 2º e 5º do mesmo artigo 165, o constituinte estabeleceu o âmbito normativo desses instrumentos, e deles pode-se concluir que o Plano Plurianual será o orientador da Lei das Diretrizes Orçamentárias e ambos serão os orientadores da Lei Orçamentária anual, impondo por força de norma constitucional uma ordem e um ciclo lógico e cronológico na apreciação dessas matérias, estabelecendo preferências.

3. E qual seria a razão, inclusive, do ciclo lógico e dessa ordem das leis orçamentárias? A razão decorre do próprio texto constitucional ao dispor que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 166, § 3º, I, CF).

4. Essa conclusão não é extraída de simples exercício lógico via interpretação meramente gramatical, mas sim de uma interpretação sistêmica associada ao Princípio da Unidade da Constituição, onde nenhum dispositivo constitucional pode ser interpretado isoladamente.

5. A assertiva é verdadeira. A sistematização do artigo 165 e seus acessórios com o artigo 166, § 3º, inciso I, ambos da Constituição da República, consagra essa cronologia e ciclo, tornando-os obrigatórios. Esse comando de vinculação aparece várias vezes no texto constitucional na Seção II - Dos Orçamentos (art. 166, § 4º; art. 167, I, § 1º; art. 169, § 1º, incisos I e II, CF).

6. Em face dessa cronologia obrigatória, o constituinte fez dispor no § 6º do artigo 166 da CF que os projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. Esse dispositivo expressamente mencionado assevera que caberá à Lei Complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

7. Antes da edição da Lei Complementar mencionada a questão era regradada pelo o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), 1 que em seu artigo 35, § 2º, incisos I, II e III, dispõe:

Art. 35 - (...)

(...)

§ 2º - Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o Art. 165,

§ 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro

e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

8 - A Lei Complementar nº 101/2000, por seu artigo 4º, versa sobre a LDO que, como nos ensina HELY LOPES MEIRELLES, "deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho nas hipóteses legais, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas"

PARECER

A alteração das Diretrizes para o ano de 2019 se faz necessária em vista a alteração dos valores outrora previstos uma vez que as metas e prioridades foram alteradas no ato da elaboração do projeto de lei orçamentária.

DOS QUADROS APRESENTADOS

Apresentado foi o anexo de metas fiscais, sendo neste as alterações de maior relevância.

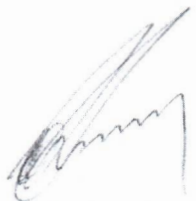
CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela apresentação do projeto as Comissões para apreciação, emissão de parecer para apresentação ao plenário.

Este é o parecer.

De Governador Valadares para Guanhães-MG, 04 de dezembro de 2018.

S.M.J.



Leandro de Oliveira Lima - ME

CNPJ: 10.599.583/0001-72

CRC/MG: 8417/O-4

CRA/MG: 03-004832/O

Leandro de Oliveira Lima

CRC/MG: 76.002/O-9

CPF: 046.352.286-90